

V FÓRUM DAS UNIVERSIDADES PARTICIPANTES DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

Ilmo Sr. Secretário de Educação Básica Manuel Palácios da Cunha e Melo

Como representantes do Fórum das Universidades participantes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), dirigimo-nos ao senhor para solicitar manifestação sobre o “Documento Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”, considerando o que será exposto a seguir.

Inicialmente traçaremos um breve histórico sobre a inserção das trinta e nove (39) universidades públicas brasileiras, cinco mil quatrocentos e oitenta e sete (5487) municípios de todos os vinte e sete (27) estados brasileiros em uma Política Educacional diferenciada desenvolvida por este Ministério e a articulação destes grupos para a constituição do regime de colaboração, previsto em nossa Constituição Federal (1988). Logo após, sintetizaremos algumas reflexões desenvolvidas a partir de leitura crítica e discussão do “Documento Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”, de autoria do ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos/Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger. E indagaremos sobre o posicionamento do Ministério da Educação, uma vez que as Universidades reconhecem-no como instituição representativa da educação pública e quais encaminhamentos serão adotados pelo MEC às proposições do referido documento.

Desde 2012, a partir da Portaria do MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, as Universidades Públicas foram mobilizadas para estabelecer um diálogo, em território nacional, objetivando a formação continuada de professores alfabetizadores à garantia da alfabetização de todas as crianças do ensino público até o terceiro ano do ensino fundamental. Tal processo exigiu um intenso debate e articulação entre as equipes do Ministério e as demais instituições envolvidas, pois sendo uma política universal, precisava haver interação entre MEC, Universidades, Secretarias de Educação e Escolas. Isto representou um novo mecanismo de participação social, cultural e educacional destas instâncias, como também a constituição para um modelo institucional de cooperação entre diferentes entes federados. Esta perspectiva foi aperfeiçoada progressivamente nos anos de 2013, 2014 e mantém a mesma lógica em 2015, uma vez que os resultados da formação desenvolvida foram comprovados positivamente e há um clamor das redes de ensino brasileiras pela continuidade desse modelo de formação continuada para professores alfabetizadores proposto pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

No entanto, enquanto se aguardam as definições político-econômicas para dar início às atividades do PNAIC 2015, tem-se conhecimento do “Documento Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”, em que se percebe primordialmente a falta de sintonia com o que até então o Ministério da Educação vem protagonizando, atribuindo-se isso à apresentação desta proposta ter se dado na transição de dois ministros da educação e em uma instância desconectada das políticas implementadas por este Ministério. O referido Documento desvaloriza todos os ganhos dos movimentos criados na Educação, assim como negligencia os Fóruns de formulação política e prática da educação básica. Além disso, retrocede conceitualmente sobre as demandas das Conferências Nacionais da Educação Básica, ferindo a ideia de qualificação docente, tal qual a já fragilizada articulação com o Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), sancionado pela Presidente da República na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

O referido Documento suscitou igualmente leituras críticas do Fórum das Universidades Participantes do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), como também de grupos acadêmicos e secretarias de educação, questionando-se unanimemente, o teor da proposta. Em contrapartida, até o momento, não observamos nenhum pronunciamento do Ministério da Educação sobre o “Documento Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”. Neste sentido, o Fórum das Universidades participantes do PNAIC solicita posicionamentos do MEC, e sobre quais que encaminhamentos serão tomados, tendo em vista, como dito anteriormente, que estabelecemos o princípio de cooperação com as redes de ensino estaduais e municipais. Da mesma forma, enquanto Fórum representativo das Universidades participantes do PNAIC, *precisamos responder* sobre possíveis desdobramentos a partir da proposta do “Documento Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional” e a conseqüente quebra da participação democrática, prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) e estabelecida nos últimos três anos pelos diferentes entes federados, a partir da política do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Reafirmando o compromisso assumido quando da adesão das Universidades Públicas ao desenvolvimento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade certa (PNAIC), subscrevemo-nos.

Universidade Federal do Acre

Universidade Federal do Amapá

Universidade Federal de Amazonas

Universidade do Estado da Bahia

Universidade Federal do Ceará
Universidade de Brasília
Universidade Federal do Espírito Santo
Universidade Federal de Goiás
Universidade Federal do Maranhão
Universidade Federal de Uberlândia
Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
Universidade Federal de Ouro Preto
Universidade Federal de Juiz de Fora
Universidade Estadual de Minas Gerais
Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Estadual de Montes Claros
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Universidade Federal do Mato Grosso
Universidade Federal do Oeste-do-Pará
Universidade Federal do Pará
Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Federal do Piauí
Universidade Federal do Paraná
Universidade Estadual de Maringá
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Federal de Pelotas
Universidade Federal de Rondônia
Universidade Federal de Roraima

Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade Federal de Sergipe

Universidade Federal de São Carlos

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Universidade Estadual de Campinas

Universidade Federal do Tocantins

Universidade Federal da Paraíba

Universidade Federal de Alagoas